



Diálogos

ISSN 2177-2940



Crenças e manifestações culturais afro-brasileiras na imprensa soteropolitana (1920-1940).

doi.org/10.4025/dialogos.v25i3.59899

Edilece Souza Couto

<https://orcid.org/0000-0002-7130-4656>

Universidade Federal da Bahia - UFBA, Brasil. E-mail: edilece@gmail.com

André Luiz Rosa Ribeiro

<https://orcid.org/0000-0003-3503-6727>

Universidade Estadual de Santa Cruz - Ilhéus-BA, Brasil. E-mail: andreluizrosa19@gmail.com

African-Brazilian beliefs and cultural manifestations in the printing press in Salvador (1920-1940).

Abstract: This paper aims to analyze narratives about African-Brazilian beliefs and cultural manifestations as shown in the printing press in Salvador, from 1920 to 1940. The main sources consulted were the newspapers Estado da Bahia, O Imparcial, A Tarde and Diário de Notícias. This timeframe comprehends the gradual change of perception of the press on those manifestations, when religious African-Brazilian festivities are consolidated as identity symbols of the city. The sources enabled the identification of memory homogeneities and discontinuities, as well as the factors of differentiation in the power correlations among groups separated by tenuous social-cultural and religious boundaries.

Key words: African-Brazilian beliefs; cultural manifestations; press; Salvador-BA.

Creencias y manifestaciones culturales afro-brasileñas en la prensa salvadoreña (1920-1940).

Resumen: El objetivo de este artículo es analizar las narrativas de la prensa sobre las creencias y manifestaciones culturales afro-brasileñas, en Salvador, entre 1920 y 1940. Las principales fuentes consultadas fueron los periódicos Estado da Bahia, O Imparcial, A tarde y Diario de Noticias. El marco temporal sitúa el cambio paulatino en la percepción de la prensa sobre estas manifestaciones, cuando las fiestas religiosas afro-brasileñas se consolidan como símbolos de identidad de la ciudad. Las fuentes posibilitaron la identificación de las homogeneidades y discontinuidades en la memoria y los factores diferenciadores en las correlaciones de fuerza entre grupos separados por tenues fronteras socioculturales y religiosas.

Palabras clave: creencias afro-brasileñas; manifestaciones culturales, prensa; Salvador-BA.

Crenças e manifestações culturais afro-brasileiras na imprensa soteropolitana (1920-1940).

Resumo: O objetivo deste artigo é analisar as narrativas da imprensa sobre as crenças e manifestações culturais afro-brasileiras, em Salvador, entre 1920 e 1940. As principais fontes consultadas foram os periódicos Estado da Bahia, O Imparcial, A Tarde e Diário de Notícias. O recorte temporal situa a gradual mudança de percepção da imprensa sobre essas manifestações, quando as festas de terreiro se consolidam como símbolos identitários da cidade. As fontes possibilitaram a identificação das homogeneidades e discontinuidades na memória e os fatores de diferenciação nas correlações de força entre grupos separados por tênues fronteiras socioculturais e religiosas.

Palavras-chave: crenças afro-brasileiras; manifestações culturais; imprensa; Salvador-BA.

Recebido em: 30/06/2021

Aprovado em: 01/09/2021

Na primeira metade do século XX a cidade do Salvador ainda era considerada terra fetichista por diferentes grupos letrados formados por jornalistas, escritores, clérigos e políticos. Nos escritos, seja nas matérias dos jornais, nos livros ou na correspondência do arcebispado com as associações leigas, há um consenso de que havia uma religião, o cristianismo católico, e muitas seitas, formadas por cristãos protestantes, muçulmanos (chamados de maometanos), espíritas e candomblecistas. Os letrados identificavam uma mistura de crenças, especialmente entre o catolicismo e o candomblé. Mesmo seguindo métodos diferentes, os grupos religiosos buscavam uma pretensa pureza religiosa de sua própria fé e combatia as dos outros.

Entretanto, não havia mistura, e sim, uma diversidade religiosa que convivía com a intolerância, a perseguição, a violência e, principalmente, a partir da década de 1930, com tentativas de fortalecimento dos grupos religiosos mais vulneráveis por meio da união, de criação de associações, da realização de congresso, debates e da promoção da visibilidade de crenças, ideias, práticas e ritos religiosos nas publicações de livros, revistas e nos jornais locais.

Além dos conflitos, disputas e relações de poder entre diferentes grupos religiosos, também fazia parte desse cenário, a busca pela liberdade religiosa. E os discursos, as visões de mundo e as dimensões do sagrado estão representados nos jornais, aqui utilizados como fontes da pesquisa. Por meio dos jornais *Estado da Bahia* (EB), *O Imparcial* (OI), *A Tarde* (AT) e *Diário de Notícias* (DN) analisamos as narrativas e as percepções da imprensa sobre as crenças e manifestações culturais afro-brasileiras em Salvador, entre 1920 e 1940. O recorte temporal situa a gradual mudança de percepção da imprensa sobre essas manifestações, quando as festas de terreiro se consolidam como símbolos identitários da cidade. As fontes possibilitaram a identificação das homogeneidades e descontinuidades na memória e os fatores de diferenciação nas correlações de força entre grupos separados por tênues fronteiras socioculturais e religiosas.

Campo religioso baiano entre 1920 e 1940

A mudança do regime monárquico para o republicano não significou uma separação completa entre o Estado e a Igreja Católica nem as pretendidas laicidade e liberdade religiosa. O clero católico procurou adaptar a instituição aos novos tempos com a manutenção da sua influência nas esferas do poder político, apoiando os projetos de modernização, mesmo que para isso sacrificasse a religiosidade leiga com a demolição de suas igrejas e transferência obrigatória das sedes das irmandades. O arcebispado expandiu a organização e a administração eclesiástica pelo interior da Bahia com a formação de novas dioceses. Para combater outros grupos religiosos recém-instalados no Estado, como espíritas e protestantes de missão, os arcebispos criaram revistas e publicavam matérias nos seus próprios jornais contra a disseminação do que consideravam seitas.

Os protestantes, concorrentes diretos da evangelização, apesar de presentes na Bahia desde 1821 com os imigrantes anglicanos, tiveram uma presença mais marcante a partir do final do oitocentos por meio do protestantismo de missão e da organização das igrejas. Os presbiterianos organizaram a primeira igreja em Salvador em 1872; os batistas, a Primeira Igreja Batista do Brasil em 1882 e a Primeira Igreja Independente do Garcia em 1910. Os protestantes consideravam o catolicismo brasileiro, sobretudo o baiano, como paganismo deturpador das verdades da Bíblia.

Em contrapartida, o Arcebispado da Bahia, por intermédio da publicação de cartas pastorais, artigos nos periódicos católicos e da correspondência com os clérigos e as associações leigas, combatiam a propaganda protestante de “ideias heréticas” e acirravam o controle sobre o laicato católico com medidas para não perder fiéis e conter as influências dos outros crentes. O combate pela fé católica não surtia os efeitos esperados, pois, a evangelização protestante não se restringia à capital e conquistava novos convertidos no interior do Estado. Segundo a historiadora Elizete da Silva (2017, p. 49), em 1915, os protestantes já tinham organizado 41 igrejas na Bahia e possuíam em torno de 2.748 membros.

Os espíritas começaram suas atividades na Bahia na segunda metade do século XIX. Além das sessões, realizavam trabalho filantrópico, principalmente no atendimento e cuidados às pessoas que moravam nas ruas e divulgavam a doutrina no próprio periódico, o *Echos d'almém túmulo*, e também nos jornais leigos que, inclusive, publicavam trechos traduzidos de obras de Alan Kardec. Enfrentavam as críticas do clero católico que afirmava ser essa crença apenas o resultado da ignorância e da superstição, obra dos espíritos das trevas, ou seja, dos demônios.

A Sé romana condenava as mesas girantes, a reencarnação e a manifestação dos espíritos e incluiu as obras de Alan Kardec no índice dos livros proibidos. Os debates entre os espíritas e os arcebispos se davam pela imprensa. Entretanto, os estudiosos do espiritismo na Bahia defendem que os espíritas não recusavam o catolicismo e até mesmo se apropriavam de elementos católicos como o uso de imagens dos santos e velas nas sessões e os nomes dos santos para denominar os centros. Mais prejudiciais à expansão do espiritismo eram os conflitos internos, especialmente em função das vinculações às diferentes correntes, por vezes sob a direção de Alan Kardec ou de Jean Batiste Roustaing (JESUS, 2014; MORGADO, 2016).

Os arcebispos da Bahia do período republicano: dom Luís Antônio dos Santos (1881-1890), dom Jerônimo Tomé da Silva (1893-1924) e dom Augusto Álvaro da Silva (1924-1968) foram incansáveis críticos do protestantismo, espiritismo e das crenças de matrizes africanas. Para combater as crenças concorrentes, publicavam cartas pastorais específicas sobre cada grupo religioso e artigos nos periódicos católicos e jornais leigos. Porém, sabiam que para não perder fiéis e não comprometer a ortodoxia com a inclusão de ideias e práticas estranhas ao catolicismo era

necessário supervisionar e reformar a religiosidade do seu próprio rebanho. No primeiro ano do regime republicano, dom Luís Antônio dos Santos, com ajuda das autoridades civis e da polícia, proibiu, por meio de portaria divulgada na imprensa, a lavagem das igrejas na quinta-feira que antecede o dia do padroeiro, ritual com elementos africanos, como a água de cheiro, perfumada com flores e plantas utilizadas nos terreiros. Interdição que vigora até os dias atuais, pois a Lavagem do Bonfim acontece apenas no adro e na escada do templo.

Os arcebispos posteriores também tomaram inúmeras medidas para purificar e reformular as práticas leigas, especialmente dos católicos reunidos em irmandades. As exigências de adequação dessas instituições à nova legislação eclesiástica, o *Código de Direito Canônico* (publicado em 1918), atingiam todas as associações, independente dos critérios sociais ou étnicos que caracterizavam os grupos leigos. Porém, havia maior desconfiança das práticas católicas das irmandades negras, pois, elas desenvolviam cultos aos santos associados aos deuses africanos ou que a cor escura das suas imagens gerasse identificação com a cor da pele, como São Benedito, por exemplo.

Muitas vezes a estratégia do clero não era o combate, mas o controle exercido pelo padre. Nesse sentido, a resposta do arcebispo Augusto Álvaro da Silva ao pedido de licença para a fundação de uma irmandade de São Benedito, em 1937, é muito significativa. Na carta ele pergunta: “Quanto à Irmandade de S. Benedito, pra que vai criar maribondos? Conheço bem esses bons pretinhos de Igreja Nova, mas amanhã não se sabe o que serão os seus bisnetos”. O arcebispo chega à conclusão que não seria bom impedir a organização dos negros, mas, mantê-los sob a supervisão eclesiástica. Então, a solução encontrada foi criar uma Pia União, prevista na legislação, “muito mais dependente do vigário e que dificilmente se poderá revoltar”. Por fim, recomenda que se “faça uma coisa em que o vigário seja como no Apostolado, tudo” (SILVA, 1937, p.1).

Entre os anos de 1924 e 1930, enquanto o arcebispo Augusto Álvaro da Silva combatia as crenças concorrentes e tentava reformular o catolicismo leigo, a comunidade de pescadores do arrabalde do Rio Vermelho, zona de veraneio da elite de Salvador, entrava em conflito com o pároco da Igreja de Sant’Ana. A festa da santa acontecia em data móvel entre os meses de janeiro e fevereiro. Em 1924, os pescadores resolveram ofertar um presente à Mãe d’Água no último dia da festa católica. Anteriormente, essa oferenda acontecia no Dique do Itororó, mas, os pescadores precisavam reverenciar a rainha do mar, pois era de onde tiraram o sustento das suas famílias. Júlia Bugan, batizada de Júlia Maria da Pureza, mãe de Santo do candomblé Língua de Vaca, no Garcia (SOUZA JR, 2018, p. 197-200), foi responsável por preparar o primeiro presente, obrigação assumida após a sua morte, ocorrida em 1929, pela sua sucessora Maria Emília Conceição.

O primeiro presente foi preparado em um balaio grande, contendo uma talha de barro, flores

e fitas nas cores azul e branco. Ficou na Casa do Peso (local de comércio de peixe) enquanto os pescadores assistiam à missa. Após a liturgia católica, colocaram a oferenda no barco e partiram para alto mar a fim de realizarem a entrega. Em 1930, a fama da entrega do presente da Mãe d'Água já atraía observadores do cortejo. O padre se recusou a celebrar a missa para os pescadores, pois considerava ignorância a homenagem a uma mulher com rabo de peixe. A comunidade se sentia ofendida e a partir do ano seguinte não participou mais da missa e assumiu o culto a Iemanjá (COUTO, 2016).

No século XX, dos grupos religiosos que enfrentavam a autoridade da Igreja Católica, os protestantes e espíritas estavam institucionalmente organizados e unidos em convenções e federações. Além disso, possuíam jornais próprios, importantes canais de propaganda doutrinária, e acesso à imprensa laica. Portanto, os grupos mais vulneráveis eram os praticantes do candomblé e da umbanda, sobre quem recaíam com mais força a intolerância e a perseguição. Os detratores os acusavam de praticar baixo espiritismo, fetichismo e charlatanismo. As crenças afro-brasileiras eram definidas como “mentiras palpáveis” e “perdição da coletividade”. Os terreiros e as casas de culto eram chamados de antros, cárceres. Essas denominações de cunho pejorativo estavam presentes nas matérias dos jornais, nas crônicas religiosas e nas denúncias da Delegacia de Jogos e Costumes da Bahia (SOUZA JR, 2018), criada em 1938 e cuja repressão se entendeu até 1976.

A matéria intitulada “No reino do fetichismo: abusões e contágios”, publicada no jornal *Diário de Notícias* de 20 de novembro de 1920, nos oferece um painel da discriminação e da violência praticada, inclusive por alguns profissionais de imprensa que, inconformados com o “descaso da polícia”, foram eles mesmos “verificar os centros fetichistas” na noite do dia 18, enquanto a elite branca “num frenesi louco e cheio de entusiasmo” estava envolvida na realização de uma regata. O texto não está assinado, mas escrito no plural, o que denota a participação de mais de um jornalista.

A matéria informa que naquela noite os jornalistas estiveram em alguns terreiros, como na Mata Escura, na casa do pai de santo identificado como Procópio, “impertigado e tismado de sol”, ou seja, um homem negro que por sua postura ereta foi considerado orgulhoso, soberbo, “um tipo pernóstico” na anotação jornalística. O som dos atabaques e a música entoada para invocar os deuses foram chamados de “chula adequada ao rito” e que “faziam do ambiente um manicômio” (NO REINO..., *Diário de Notícias*, 20/11/1920, p.1). Afirmam, ainda, que a dança era um ensaio para o mês de dezembro, provavelmente uma alusão à participação do povo de santo nas festas religiosas de largo com início em 4 de dezembro, dia de homenagens a Santa Bárbara e Iansã.

Da Mata Escura, os jornalistas seguiram para o Gantois, para presenciar, segundo eles, a mesma cena. A discriminação também era a mesma. Escreveram que a havia uma cerimônia em

torno de uma fogueira dirigida por “um tipo balofo e cheio de afetação”. Tudo indica que não demoraram muito no terreiro, que era um dos mais antigos e respeitados da cidade. Seguiram em direção ao Corta Braço, no terreiro de Jubiabá, onde encontraram os iniciados “murmurando alguma prece supersticiosa”. Registraram que, após o ritual, um copo contendo cachaça e mel foi passado de mão em mão e foram servidos pratos de galinha preparada no azeite de dendê, abarás e acarajés (NO REINO..., *Diário de Notícias*, 20/11/1920, p.1).

Na década de 1930, os profissionais da imprensa mantiveram as visitas aos terreiros e campanhas difamatórias contra as crenças afro-brasileiras e as suas lideranças. O controle e a perseguição permaneceram, principalmente a partir de uma delegacia especial, a de Jogos e Costumes. Entretanto, é possível notar nos mesmos jornais matérias favoráveis, mas propensas ao respeito, e que dão visibilidade aos terreiros e aos pais e mães de santo. As lideranças religiosas se uniam aos intelectuais: jornalistas, escritores, professores universitários, poetas e artistas na tentativa de desfazer preconceitos e combater a intolerância e a violência.

Essa tentativa de dar visibilidade às culturas e às crenças de matrizes africanas tiveram um importante apoio dos intelectuais com a realização de dois congressos ocorridos em 1934, em Recife – PE, e em 1937, em Salvador – BA. O 1º Congresso Afro-Brasileiro foi organizado por Gilberto Freyre e Solano Trindade. Além do próprio Freyre, outros cientistas sociais proferiram palestras, como o baiano Édison Carneiro e alguns pais e mães de santo, que falaram dos seus saberes e rituais religiosos. Os congressistas também visitaram terreiros de Xangô.

Carneiro foi o responsável pela organização do 2º Congresso Afro-Brasileiro e que contou com o apoio do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia – IGHB em cuja revista importantes expoentes dos estudos das culturas e religiões negras, como Manoel Querino, publicavam artigos. O objetivo era aproximar as lideranças religiosas dos candomblés com os congressistas e dar visibilidade aos praticantes e às suas crenças. Participaram do evento os líderes religiosos Eugênia Anna dos Santos (Mãe Aninha) do Ilê Axé Opô Afonjá, Manoel Bernardino da Paixão do Terreiro Bate Folha, João Alves de Torres Filho (Joãozinho da Goméia) e Manuel Vitorino dos Santos (Manuel Falefá da Formiga), um dos raros a praticar rituais da nação Popo, no Brasil (BENISTE, 2008, p.111). Assim como no Recife, os congressistas visitaram os terreiros e participaram de uma festa religiosa no Parque São Bartolomeu, lugar sagrado para as religiões afro-brasileiras da Bahia.

Entre a redação e o terreiro: as permanências e rupturas de narrativas diárias (décadas de 1930 e 1940)

O estudo das fontes hemerográficas possibilitou trabalhar com as homogeneidades e descontinuidades presentes na memória e verificar o fator de diferenciação estabelecido nas

correlações de força entre grupos separados por fronteiras socioculturais formadas pelas interpretações do passado. As fontes selecionadas foram avaliadas a partir da hipótese que os discursos presentes na imprensa colaboraram na formação de memória sobre as manifestações religiosas afro-baianas.

Pinheiro (2015) defende que, as estratégias discursivas da imprensa devem ser pensadas com base na análise das narrativas sociais e nas perspectivas teóricas sobre as práticas discursivas mediáticas. O termo discurso é aqui considerado a partir da compreensão da linguagem enquanto prática social. Os discursos não somente representam entidades e relações sociais, eles as constroem ou as constituem, e “posicionam as pessoas de diferentes maneiras como sujeitos sociais” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 22).

As fontes hemerográficas foram interpretadas como produtoras de memória, expressões mediadoras das experiências sociais em dado momento histórico, nas quais é possível perceber as mudanças ou as manutenções dos discursos sobre as crenças e culturas afro-soteropolitana na primeira metade do século XX. As matérias dos jornais atuavam com intérpretes da sociedade baiana, direcionados especialmente a uma classe média urbana letrada e intelectuais de diversas áreas profissionais. O tratamento dado aos jornais, como fonte e objeto, parte de uma abordagem que considera os órgãos de imprensa como instrumento de interesse na defesa de determinados projetos sociais, muitas vezes moldando a realidade social, entendimento fundamental para a elaboração da crítica documental.

A imprensa ajudou a produzir uma visão sobre as crenças de matrizes africanas na Bahia, especialmente em Salvador, devido a importância e prestígio social dos seus principais jornais. É possível observar as permanências e as mudanças das narrativas sobre as manifestações religiosas e culturais da população soteropolitana, uma das maiores comunidades negras do mundo, em cujo porto circulavam pessoas, mercadorias, falares, saberes e crenças oriundas do continente africano e de outras regiões das Américas.

O estudo das narrativas jornalísticas se relaciona com a investigação de contextos culturais, os quais sofrem influência do que Mateus (2015, p.87) chama de “forças sociais pré-existentes”. Os critérios utilizados para a divulgação de matérias estão diretamente vinculados às visões de mundo dos que dirigem os órgãos de imprensa selecionados em relação a uma cultura peculiar que está localizada em Salvador, mas apresenta profundas diferenças com a cultura urbana mais ligada à Europa.

Para a análise das fontes hemerográficas foram consultados os seguintes periódicos: *Estado da Bahia* (EB), *O Imparcial* (OI), *A Tarde* (AT) e *Diário de Notícias* (DN), quatro dos principais jornais em circulação na capital baiana entre as décadas de 1930 e 1940, período inicial de rupturas

do olhar em relação às manifestações religiosas e culturais dos descendentes de africanos. O material consultado pertence ao acervo da Biblioteca Pública do Estado da Bahia (BPEBA) – Seção Raros, perfazendo um total de 451 (quatrocentos e cinquenta e um) artigos sobre temas ligados às crenças e à cultura afro-soteropolitana, tais como devoções, manifestações culturais, culinária, forma de repressão e resistência, tipos de acusações e casas de candomblé, dos quais as tabelas apresentam os 5 (cinco) itens mais citados nas matérias jornalísticas.

Alguns dos álbuns pesquisados não possuem séries completas, com intervalos de vários meses ou mesmos anos inteiros. Boa parte encontra-se sem condições de uso devido às condições de preservação, especialmente os períodos anteriores à década de 1930. Consideramos, porém, que foi possível obter uma visão bem segura das ideias e narrativas predominantes nos jornais do período, tanto individualmente quanto em seu conjunto.

TABELA 1- QUANTIDADE DE ARTIGOS POR JORNAL (DÉCADAS 1930-1940)

JORNAL	EB 1930/1940 (Total)	OI 1930/1940 (Total)	AT 1930/1940 (Total)	DN 1930/1940 (Total)	TOTAL
ARTIGOS	96/66 (142)	37/83 (120)	50/50 (100)	36/30 (66)	219/232 (451)

Fonte: Acervo BPEBA-Seção Raros

Podemos perceber pela tabela acima que o periódico *Estado da Bahia* (EB) apresenta o maior número de artigos, especialmente nos anos 1930 mediante a cobertura do II Congresso Afro-Brasileiro, acima citado, e pela atuação militante do escritor Édison Carneiro que usou as páginas do EB, não só como meio de prover sua subsistência financeira na fase pré-Estado Novo, como para defender e divulgar a cultura afro-soteropolitana através de um significativo número de artigos, muitos dos quais seriam aproveitados nos seus primeiros livros. Há um aumento do volume de artigos na década seguinte, com *O Imparcial* (OI) mais que duplicando o número de artigos publicados. Enquanto *A Tarde* (AT) mantém um padrão estatístico em ambas as décadas estudadas, o *Diário de Notícias* (DN) conserva um número abaixo dos demais periódicos. Cabe aqui apontar uma possível relação existente entre a quantidade de artigos publicados e a linha editorial do periódico no corte temporal de estudo.

Vale dizer que, o número de matérias positivas sobre manifestações culturais populares é bastante significativo em relação aos conteúdos preconceituosos, praticamente hegemônicos das décadas anteriores. Isso não significa dizer que esse ambiente desapareceu das redações. As notícias de jornais, nos anos 1930 e 1940, ainda evocam a presença de Nina Rodrigues, especialmente nas

reportagens sobre figuras próximas ao mesmo. Martiniano Bomfim é sempre apresentado como o “colaborador”, enquanto Artur Ramos seria identificado como o “seguidor”. Ainda encontram-se as mais preconceituosas referências às crenças de matrizes africanas: fatalidade étnica, credence, superstição das camadas inferiores do nosso povo, fetichismo ou culto dos espíritos malignos, perturbadores do sossego público, centros de bruxarias, sinfonia infernal dos mais exóticos instrumentos.

Em matéria publicada em 1 de junho de 1932, sob o título “Os candomblés”, o *Diário de Notícias* promove verdadeira campanha contra os terreiros. A Bahia não poderia continuar a presenciar “esses espetáculos deponentes que se observam todos os dias nas nossas vias públicas, ou seja os tais despachos”. O periódico declara “guerra aos candomblés, guerra aos protetores da magia negra, os principais culpados e que a polícia deve saber os seus nomes, fornecendo-os à imprensa” (OS CANDOMBLÉS. *Diário de Notícias*, 1/6/1932, p.10).

Em sua matéria “As macumbas ressuscitam”, de 10 de agosto de 1934, o *Estado da Bahia*, recorda em um tom saudosista as ações do delegado Pedro Gordilho que, à frente da Delegacia da 1ª- Circunscrição, “tentou levar a efeito a exterminação completa das macumbas ou casas de candomblé, passando ao noticiário cotidiano dos jornais as constantes batidas”, aos terreiros onde se praticavam “essa torpe e ridícula idolatria”. A matéria faz duras críticas à polícia que “não toma as necessárias providências (...) enquanto pais-de-santo exercem sua rendosa profissão com a serenidade de quem não teme ser constrangido” (AS MACUMBAS... *Estado da Bahia*, 10/8/1934, p.1).

A imprensa continua a fomentar a repressão policial ao amplificar as ações repressivas e as formas de punição ao funcionamento dos terreiros. Lühning (1995/1996, p.200) assevera que a campanha de perseguição aos terreiros é um projeto muito mais atrelado aos interesses da imprensa do que propriamente à polícia, muitas vezes acusada de conivente com as casas de candomblé e suas principais lideranças. Em seu trabalho sobre a repressão policial, baseado no levantamento dos Livros de Ocorrência e nos Livros de Registro de Queixa da Delegacia de Jogos e Costumes, Sousa Júnior (2018, p.19) aponta que, nesses documentos as invasões, as apreensões e outras violências contra os terreiros pouco aparecem. As fontes hemerográficas, por outro lado, apresentam um farto material sobre as acusações e as formas de repressão sofridas pelos terreiros (Tabelas 2 e 3).

As práticas de feitiçaria e do curandeirismo (prática ilegal da medicina) eram as principais acusações formuladas contra as lideranças religiosas, seguidas de prisão domiciliar (quando do isolamento durante a feitura do santo nas camarinhas), a violência física (denúncias de espancamentos e queimaduras usadas na prática de retirada de “encosto”) e a perturbação do sossego público (queixas dos toques de atabaques durante a madrugada). Todos esses elementos são

COUTO, Edilece Souza; RIBEIRO, André Luiz Rosa. Crenças e manifestações culturais afro-brasileiras na imprensa soteropolitana (1920-1940).

utilizados como legitimação das narrativas jornalísticas, as quais atuam como forma de pressão sobre o aparelho repressor do Estado.

TABELA 2 - TIPOS DE ACUSAÇÕES (DÉCADAS 1930-1940)

ACUSAÇÕES	EB 1930/1940 (Total)	OI 1930/1940 (Total)	AT 1930/1940 (Total)	DN 1930/1940 (Total)	TOTAL
FEITIÇARIA	13/1 (14)	8/3 (11)	6/0 (6)	3/2 (5)	30/6 (36)
CURANDEIRISMO	10/1 (11)	1/1 (2)	5/3 (8)	0/2 (2)	16/7 (23)
PRISÃO DOMICILIAR	3/3 (6)	3/2 (5)	4/1 (5)	0/2 (2)	10/8 (18)
VIOLÊNCIA FÍSICA	3/4 (7)	3/1 (4)	2/2 (4)	0/0 (0)	8/7 (15)
PERTURBAÇÃO DO SOSSEGO PÚBLICO	5/1 (6)	1/0 (1)	3/0 (3)	2/0 (2)	11/1 (12)
TOTAL	34/10 (44)	16/7 (23)	21/6 (26)	5/6 (11)	74/28 (102)

Fonte: Acervo BPEBA-Seção Raros

TABELA 3- FORMAS DE REPRESSÃO (DÉCADAS 1930-1940)

REPRESSÃO	EB 1930/1940 (Total)	OI 1930/1940 (Total)	AT 1930/1940 (Total)	DN 1930/1940 (Total)	TOTAL
PRISÃO	6/3 (9)	5/1 (6)	8/1 (9)	2/1 (3)	21/6 (27)
APREENSÃO DE MATERIAL	8/0 (8)	4/0 (4)	7/1 (8)	3/2 (5)	22/3 (25)
REGISTRO DE QUEIXA	1/0 (1)	1/0 (1)	4/0 (4)	0/0 (0)	6/0 (6)
DENÚNCIA DE VIZINHOS	4/0 (4)	1/0 (1)	0/0 (0)	0/0 (0)	5/0 (5)
VIOLÊNCIA FÍSICA	1/0 (1)	1/0 (1)	0/0 (0)	0/0 (0)	2/0 (2)
TOTAL	20/3 (23)	12/1 (13)	19/2 (21)	5/3 (8)	56/9 (65)

Fonte: Acervo BPEBA-Seção Raros

A principal forma de repressão dá-se geralmente com a prisão do maior número possível de pessoas presentes às cerimônias, quase sempre seguida da apreensão de instrumentos, imagens e objetos de culto que iriam municiar o acervo museológico do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia - IGHB. É interessante notar que, o acervo religioso não destruído *in loco* durante as invasões, era remetido ao IGHB em uma compreensão enviesada por parte das autoridades da importância museológica das peças, ainda que não passassem por um tratamento necessário ou recebessem a atenção adequada por parte dos frequentadores daquele espaço cultural.

A matéria intitulada “Atabaques que não mais ressoarão”, publicada no *Estado da Bahia*, em 9 de setembro de 1940, aponta destinos inusitados ao material apreendido. “Hoje, então, vemos montões de instrumentos servidos, velhos e desprezados em repartições policiais, os quais mereciam algum lugar para serem guardados”, eles representariam “algo de significativo, histórico mesmo”. Uma prova da importância do acervo, segundo o jornal, teria sido “a oferta feita ao Jazz Acadêmico, que foi ao Rio, levando as canções da macumba, o verdadeiro samba da Bahia”. Ao tempo que fala da saudade de “quantos e quantos pais de santo estão dos pandeiros, atabaques, lanças e xaque-xaque” a matéria afirma que tais instrumentos poderiam “figurar sem desdouro no Museu do Estado... entretanto, ao que se sabe, serão destruídos” (ATABAQUES..., *Estado da Bahia*, 9/9/1940, p.3).

Braga (1995, p.21) aponta que, a intensa repressão aos candomblés exigiu “a utilização de diferentes estratégias que variavam do enfrentamento puro e simples, às mais diferentes formas de negociação”. Entre estas encontramos alianças do povo de santo com intelectuais (escritores e pesquisadores), no qual ocorre o processo de interesses mútuos. As grandes casas eram prestigiadas por serem local dos estudos de pesquisadores nacionais e estrangeiros e, em troca, estes últimos obtinham cargos e livre acesso a determinadas informações e espaços geralmente restritos aos considerados de “fora” das comunidades, conforme apontado pela tabela (4) abaixo.

Outras formas de alianças, ainda poucos estudadas, são aquelas construídas pelas lideranças dos terreiros com autoridades policiais e políticas, fundamentais para proteção das comunidades contra batidas policiais e no auxílio ao funcionamento e infraestrutura dos templos religiosos. Em seguida aparecem as fugas efetuadas durante os cercos policiais e o registro das casas de candomblé como sociedades para legalização das suas atividades perante a polícia.

TABELA 4 - FORMAS DE RESISTÊNCIA DOS TERREIROS (DÉCADAS 1930-1940)

RESISTÊNCIA	EB 1930/1940 (Total)	OI 1930/1940 (Total)	AT 1930/1940 (Total)	DN 1930/1940 (Total)	TOTAL
ALIANÇA COM INTELLECTUAIS	18/0 (18)	0/1 (1)	0/0 (0)	0/0 (0)	18/1 (19)
ALIANÇA COM POLICIAIS	2/0 (2)	2/0 (2)	2/2 (4)	6/0 (6)	12/2 (14)
ALIANÇA COM POLÍTICOS	4/3 (7)	0/0 (0)	0/0 (0)	4/2 (6)	8/5 (13)
FUGA DO CERCO	1/0 (1)	2/0 (2)	3/1 (4)	2/0 (2)	8/1 (9)
REGISTRO DE SOCIEDADES	3/0 (3)	0/1 (1)	0/0 (0)	0/0 (0)	3/1 (4)
TOTAL	28/3 (31)	4/2 (6)	5/3 (8)	12/2 (14)	49/10 (59)

Fonte: Acervo BPEBA-Seção Raros

As alianças dos terreiros com determinadas autoridades policiais são apontadas por Souza Jr. (2018, p.27), como a proteção do comissário de polícia Martiniano Chastinet ao pai de santo Manoel Rufino, considerado um dos mais afetados pelas ações repressoras da polícia baiana. Essa informação aparece no jornal *A Tarde*, em matéria publicada a 18 de fevereiro de 1941 intitulada “Um curandeiro que reinava no Japão”, que noticia a invasão do terreiro de Manoel Rufino comandada pelo delegado Jorge Watt. Essa autoridade policial se destacou na perseguição severa aos terreiros do Recôncavo baiano, dando continuidade a uma imagem construída nos anos 1920 por Pedro Gordilho.

Para surpresa do aparato policial houve uma reação incomum à invasão policial, pois os vizinhos de Manoel Rufino, “em número superior a mil pessoas, rodeavam a casa, sendo que alguns tentaram arromba-la pelos fundos para dar evasão às cabrochas angustiadas”, cinco iaôs que estavam na feitura do santo dentro da camarinha. Foi necessário o pedido de reforço ao posto policial da Liberdade. Só com a chegada da tropa efetuou-se a prisão de vinte e uma pessoas. Durante o trajeto “registraram-se algumas cenas desagradáveis por parte dos fãs das filhas-de-santo”. Em seu depoimento prestado na delegacia, Manuel Rufino afirma “a adesão à macumba pelo investigador Chastinê” (UM CURANDEIRO..., *A Tarde*, 18/2/1941, p.8).

A famosa entrevista realizada pelo professor Thadeu Santos com o pai-de-santo Severiano Manoel de Abreu, o Jubiabá, intitulada “No mundo cheio de mistérios dos espíritos e pais-de-santo” e publicada em 14 de maio de 1936 no *Estado da Bahia*, traz à tona a estreita relação entre os terreiros e o mundo social e político de Salvador. “Médicos, bacharéis e negociantes vem aqui (...) Eu sou amigo do governo, nas eleições municipais dei mil e tantos votos ao dr. Americano da Costa a pedido do dr. Martinelli [chefe de gabinete do então governador Juraci Magalhães]. Martinelli

teria dispensado as plantas para várias casas vizinhas ao terreiro da Cruz do Cosme, “e vai mandar botar chafariz” (NO MUNDO..., *Estado da Bahia*, 11/5/1936, p.3).

Tanto Jubiabá quanto Martiniano Eliseu do Bomfim, duas das mais importantes figuras do mundo afro-baiano, possuía bibliotecas consideráveis (livros e revistas) em suas residências. Martiniano com livros em inglês e ioruba e uma coleção de imagens de sua devoção. Na parede da sua sala de visitas, “uma verdadeira retratoteca. Príncipes africanos, com suas vestimentas simbólicas; baianas com suas saias balão, três negros com vestes talares e padres africanos formados pelo seminário de Lagos”.

Em entrevista cedida ao *Estado da Bahia*, a Azevedo Marques, na mesma série “No mundo dos espíritos e dos pais de santo”, publicada no dia 14 de maio de 1936, Martiniano afirma que tinha lido “alguns livros que me trazem aqui, como os de Artur Ramos, Renato Mendonça, Gilberto Freire e do meu amigo Édison Carneiro. Sinto em todos uma grande vontade de acertar, uma grande honestidade intelectual”. Mais adiante alegou que colaborou pessoalmente na feitura do livro *Os africanos no Brasil*, de Nina Rodrigues, e *A raça africana e seus costumes na Bahia*, de Manoel Querino. A sua participação nesta última obra é um fato pouco discutido. De acordo com Martiniano, o professor Homero Pires “não teve cuidado na revisão do livro de Nina, de quem fui grande amigo. Tínhamos até idealizado uma viagem a Lagos, quando infelizmente morreu” (NO MUNDO..., *Estado da Bahia*, 14/5/1936, p.5).

Olhares sobre as manifestações culturais afro-soteropolitanas

Entre os anos 1930 e 1940, a imprensa soteropolitana gradualmente passa a reconhecer a profunda identificação das festas católicas de largo a determinadas divindades ligadas aos terreiros de candomblé. A presença de elementos culturais e religiosos de origem africana, em diálogo com o catolicismo, passa a ter mais espaço nas matérias dos jornais, especialmente a lavagem do Bonfim e a segunda-feira gorda da Ribeira (religiosidade, indumentária, culinária, samba, capoeira). As elaborações de identidades e alteridades no tempo da produção dos jornais apontam redes de sociabilidades, nos espaços para relatos diretos dessa camada da população soteropolitana.

Todas essas festas são caracterizadas pela presença de barracas de comidas com o mesmo cardápio dos mercados populares que celebram cozinheiras como Maria de São Pedro, Honorata do Mercado Modelo e Filhinha. As barracas, ao lado das rodas de samba e capoeira, marcam o espaço de sociabilidade do povo de santo fora dos espaços sagrados dos terreiros. Nas festas de largo eram comuns os encontros de capoeira como os organizados por Samuel Querido Deus, com a participação de Barbosa, Onça Preta, Juvenal, Zepelin, Bugaia, Fernandes, Eutychio, Neném, Zeí, Ambrósio, entre outros famosos praticantes da “arte de mangangá”, que teve como maiores

referências os mestres Bimba e Pastinha.

Conforme a tabela (5), podemos perceber que há um maior interesse de cobertura dos eventos relacionados às comemorações do Senhor do Bonfim, desde o trajeto da Igreja da Conceição da Praia à colina sagrada, com ênfase na presença de tipos tradicionais como os aguadeiros, capoeiristas e “baianas” (mulheres usando panos da costa, saias rodadas e rendadas, torço e guias) que dão um colorido todo especial às reportagens.

Em matéria de 14 de janeiro de 1942, intitulada “Será amanhã o típico ritual da Lavagem do Bomfim”, *A Tarde* retrata o ambiente festivo de “vozes alegres, cânticos populares, música regional e batuques ritmados”. O ar impregnado pelo cheiro dos quitutes baianos, “que encerram um dos capítulos mais interessantes da tradição baiana” (grifo nosso). As mulheres de saias rodadas, panos da costa, brincos de ouro, “lembram o sangue africano em suas mais legítimas manifestações há mais de quatro séculos no Brasil (SERÁ AMANHÃ... *A Tarde*, 14/1/1942, p.8).

TABELA 5- FESTAS RELIGIOSAS (DÉCADAS 1930-1940)

FESTAS	EB 1930/1940 (Total)	OI 1930/1940 (Total)	AT 1930/1940 (Total)	DN 1930/1940 (Total)	TOTAL
BONFIM (OXALÁ)	13/12 (25)	14/26 (40)	18/13 (31)	1/12 (13)	46/61 (107)
MÃE D'ÁGUA (IEMANJÁ/ JANAÍNA)	7/8 (15)	1/10 (11)	4/2 (6)	3/5 (8)	15/25 (40)
N.Sra. da CONCEIÇÃO (OXUM)	5/3 (8)	3/4 (7)	1/3 (4)	2/2 (4)	11/12 (23)
SANTA BÁRBARA (IANSÃ)	2/4 (6)	2/6 (8)	0/2 (2)	1/0 (1)	5/12 (17)
COSME & DAMIÃO (IBEJI)	3/1 (4)	1/4 (5)	0/0 (0)	0/0 (0)	4/5 (9)
TOTAL	30/28 (58)	21/50 (71)	23/20 (43)	7/19 (26)	811/117 (198)

Fonte: Acervo BPEBA-Seção Raros

A Festa da Mãe d'Água, a segunda mais citada, era realizada em vários pontos da cidade, entre eles o Dique do Tororó, Lagoa da Vovó (São Gonçalo), Gameleira / Amoreira / Bom Despacho (Itaparica), Itapuã, Pedra Furada (Mont Serrat) e Cabeceiras da Ponte (Cabrito). Gradualmente a festa realizada pelos pescadores no Rio Vermelho vai concentrando as coberturas realizadas pela imprensa e se tornando a referência mais forte (RIBEIRO; COUTO, 2020, p. 49). No saveiro-mor eram depositados todos os tipos de oferendas levadas para o alto-mar (leques, pó de

arroz, fitas, sabonetes, pentes, perfumes, anéis, favas brancas, espelhos, grampos, animais e dinheiro).

Naquele momento, a Festa da Mãe d'Água ora homenageando Iemanjá de origem africana, ora Janáina de raízes indígenas, destacava uma religiosidade híbrida, com uma concepção de múltiplas referências. Vale dizer que, a imagem da Mãe d'Água mais retratada pela imprensa é uma representação de identidade interétnica: a sereia de pele branca e longos cabelos pretos e lisos, reverenciada por inúmeros setores da população soteropolitana.

É possível notar a presença cada vez maior do Estado na ordenação das festas populares, mediante a organização do trânsito, com a delimitação de percursos e horários; policiamento ostensivo e propaganda política. Há uma reconstrução e ressignificação de espaços urbanos, ocorre uma concentração em alguns territórios (ocupações laborais, lúdicas ou religiosas). Alguns comportamentos passam a ser controlados e censurados, como a lavagem do interior da igreja do Bomfim.

Como assevera Chartier (2004, p.24), a festa é um dos mais significativos eventos onde as tensões e conflitos se dão entre uma cultura “designada como popular, ou folclórica, e as culturas dominantes”, com sua “vontade disciplinante”. Desde as mais antigas restrições eclesiais aos mais novos modelos civilizatórios, as manifestações afro-brasileiras sofreram alterações e adaptações necessárias para sua sobrevivência. As festas populares protagonizadas pelos membros dos terreiros de candomblé eram encaradas como um óbice à hegemonia religiosa cristã, portanto as diversas formas de disciplinamento eram uma constante.

Os anos 1930 podem ser considerados um ponto de inflexão quanto ao olhar sobre o passado ligado as heranças africanas, visto agora como um importante elemento da identidade brasileira e, especialmente, baiana. O samba, as festas religiosas, a culinária, a indumentária “baiana” e a capoeira passam por uma importante ressignificação na narrativa da imprensa soteropolitana do período, muito em função da valorização desses elementos por intelectuais nacionais e estrangeiros (Carneiro, Ramos, Amado, Caymmi, Ferraz, Freyre, Pierson, Herskovits, Frazier, Turner, entre outros).

Conforme podemos observar na tabela (6) abaixo, a figura da “baiana” com sua indumentária característica se torna a principal referência cultural de uma identidade tipicamente local, símbolo do afro matriarcado soteropolitano, que domina com sua presença as festas nos terreiros e largos da cidade. Outros elementos que passam a demarcar a especificidade cultural soteropolitana são os pratos típicos da cozinha oriunda dos terreiros e vendidos nas barracas, mercados e tabuleiros espalhados por Salvador e compõem um dos mais característicos elementos do seu cenário urbano.

Ocorre, então, a adoção pela população feminina das camadas mais privilegiadas da sociedade soteropolitana de elementos constituintes do traje característico da “baiana”, influência direta da composição estética da cantora e atriz Carmem Miranda, apresentada em shows e em filmes norte-americanos. Entre os produtos considerados com potencial turístico pela imprensa são citadas as bonecas vestidas de “baianas”, vendidas nos mercados populares. Além dos trajes típicos da “baiana”, a valorização das festas populares, da culinária, das visitas aos terreiros e o início dos estudos científicos sistemáticos, apontam para a mudança dos olhares em relação às crenças e cultura afro em Salvador.

TABELA 6 – MANIFESTAÇÕES CULTURAIS (DÉCADAS 1930-1940)

EXPRESSÕES	EB 1930/1940 (T)	OI 1930/1940 (T)	AT 1930/1940 (T)	DN 1930/1940 (T)	TOTAL
INDUMENTÁRIA “BAIANA”	22/11 (33)	8/12 (20)	9/21 (30)	6/7 (13)	45/61 (106)
CULINÁRIA	12/13 (25)	8/21 (29)	9/10 (19)	9/5 (14)	38/59 (97)
SAMBA	15/10 (25)	5/18 (23)	10/7 (17)	7/5 (12)	37/40 (77)
CAPOEIRA	3/10 (13)	4/2 (6)	7/1 (8)	2/2 (4)	16/15 (31)
ARTESANATO	3/0 (3)	1/0 (1)	0/1 (1)	0/1 (1)	4/2 (6)
TOTAL	55/44 (99)	26/53 (79)	35/40 (75)	24/20 (44)	140/157 (297)

Fonte: Acervo BPEBA-Seção Raros

As manifestações religiosas e culturais afro-soteropolitanas passam a ser pensadas enquanto produtos da indústria turística baiana. A culinária está ligada às primeiras iniciativas para o setor turístico, enfatizada nas notícias sobre as festas populares realizadas nas orlas e largos de igrejas. As autoridades visitantes eram levadas às “baianas” para provar a culinária local: vatapá, acarajé, caruru, entre outras. Conforme tabela (7) abaixo, o caruru e o acarajé tornam-se ícones da cozinha baiana, ao lado do vatapá, efó e abará, seguidos pelo sarapatel, moqueca de peixe, xinxim de galinha, aberém e outros pratos onde predominam o azeite de dendê e o leite de côco, cujas receitas ancestrais passam de mãe para filha a inúmeras gerações, desde o lado africano do Atlântico. Vale lembrar que, nos terreiros, os alimentos de origem africana eram também oferendas rituais aos deuses africanos e entidades do panteão afro-brasileiro.

TABELA 7 – CULINÁRIA AFRO-BAIANA (DÉCADAS 1930-1940)

ALIMENTO	EB 1930/1940 (Total)	OI 1930/1940 (Total)	AT 1930/1940 (Total)	DN 1930/1940 (Total)	TOTAL
CARURU	8/10 (18)	5/12 (17)	8/7 (15)	6/4 (10)	27/33 (60)
ACARAJÉ	1/16 (17)	4/15 (19)	6/3 (9)	5/4 (9)	16/38 (54)
VATAPÁ	6/10 (16)	0/10 (10)	0/6 (6)	0/4 (4)	6/30 (36)
EFÓ	2/8 (10)	0/12 (12)	0/2 (2)	0/3 (3)	2/25 (27)
ABARÁ	1/5 (6)	0/9 (9)	0/2 (2)	0/1 (1)	1/17 (18)
TOTAL	18/49 (67)	9/58 (67)	14/20 (34)	11/16 (27)	52/143 (195)

Fonte: Acervo BPEBA-Seção Raros

Outro importante aspecto da construção de narrativas relaciona-se com o acervo iconográfico das matérias jornalísticas, pelo qual é possível quantificar os principais temas registrados pelas câmeras dos repórteres fotográficos do período, como Descartes e Gervásio Batista. O próprio Édison Carneiro produz fotografias para suas matérias no *Estado da Bahia*. Como podemos observar na tabela 8, o principal tema registrado pelas lentes dos repórteres fotográficos são retratos do “povo de santo”, com um maior número do gênero masculino (M) do que do feminino (F), em diversas situações: registros de aniversários, mortes, prisões com pequenas biografias do retratado(a). Outro tema bastante presente são os registros fotográficos de mulheres vestidas com os trajes tradicionais da “baiana”, uma das principais referências da estética afro-brasileira como citado anteriormente. As matérias sobre as cerimônias religiosas eram geralmente acompanhadas por seus registros fotográficos, muitos dos quais “clichês” que eram reproduzidos em diferentes anos.

As quituteiras, retratadas em sua atividade laboral, são invariavelmente mulheres ligadas aos terreiros e aqui consideradas em separado da rubrica “baiana” devido à abordagem dada pelas matérias. Quando se trata do registro em atividade laboral, os jornais tratam de questões relacionadas às condições de trabalho, preços dos produtos ou taxas exorbitantes cobradas pela prefeitura para liberação dos tabuleiros nas ruas ou barracas nas festas de largo. O registro de imagens sacras geralmente está presente nas notícias sobre a apreensão de materiais utilizados nas cerimônias religiosas dos terreiros que sofreram a “canao” (cerco e prisão dos seus membros).

Existe um período agudo de construção das imagens sobre as crenças e a cultura afro-

soteropolitana, e baiana como um todo, que cobre praticamente toda a primeira metade do século XX, tanto na imprensa, como nos estudos científicos (fundamentais para a consolidação da Antropologia e Sociologia como disciplinas acadêmicas no Brasil) e nas artes (literatura, música e artes plásticas). Imagens essa que vão sendo apropriadas pelas instâncias administrativas e políticas para moldar a face da “Roma Negra”.

Os anos 1930 trazem uma visão culturalista e uma crítica às teorias racialistas, especialmente por autores como Gilberto Freyre, Artur Ramos, Jorge Amado e Édison Carneiro. Conforme Rossi (2015), esse ambiente intelectual está alinhado ao surgimento da institucionalização das Ciências Sociais no Brasil e da chegada de pesquisadores estrangeiros, que elegeram a Cidade do Salvador como campo de estudo mais aprofundado sobre as religiões oriundas da África. Fenômeno que dará uma visibilidade inédita às principais casas de candomblé soteropolitanas, incluindo as da nação Angola que rivalizam com as casas da nação Ketu nas citações das páginas dos jornais.

TABELA 8- TEMAS FOTOGRÁFICOS AFRO-BAIANOS (DÉCADAS DE 1930-1940)

TEMAS	EB 1930/1940 (Total)	OI 1930/1940 (Total)	AT 1930/1940 (Total)	DN 1930/1940 (Total)	TOTAL
RELIGIOSO(A)S	M- 16/2 (18) F- 12/2 (14) T-28/4 (32)	M- 4/1 (5) F- 0/2 (2) T-4/3 (7)	M- 4/5 (9) F- 1/1 (2) T- 5/6 (11)	M- 0/0 (0) F- 0/0 (0) T- 0/0 (0)	M- 24/8 (32) F- 13/5 (18) T- 37/13 (50)
“BAIANAS”	8/15 (23)	19/17 (36)	0/10 (10)	0/11 (11)	27/53 (80)
CERIMÔNIAS	10/7 (17)	11/13 (24)	1/6 (7)	1/1 (2)	23/27 (50)
VENDEDORAS DE QUITUTES	11/2 (13)	2/7 (9)	3/3 (6)	2/2 (4)	18/14 (32)
IMAGENS	15/3 (18)	1/0 (1)	4/0 (0)	1/0 (1)	21/3 (24)
TOTAL	68/113 (181)	37/40 (77)	13/25 (38)	4/14 (18)	126/110 (236)

Fonte: Acervo BPEBA-Seção Raros

Conforme podemos observar na tabela (9) abaixo, o terreiro de Joãozinho da Goméia possui o maior número de citações, seguido de perto pelo terreiro de Bernardino do Bate-Folha, que não estão entre os pesquisados sistematicamente pelos estudiosos mais importantes do período, mais

voltados para as casas Ketu, tais como o Gantois, a Casa Branca e Opô Afonjá, cujas lideranças femininas tornaram-se lendárias (as mães Pulchéria, Aninha, Massi, Menininha e Senhora).

A maior parte das citações situadas na década de 1930 deve-se a participação desses terreiros no II Congresso Afro-Brasileiro e as festas que promoveram para recepcionar os congressistas em seus espaços internos. O terreiro de Alaketu, considerado uma das grandes casas de candomblé de Salvador, por estar em reforma no período de realização do evento, não pode abrigar as atividades programadas para acontecer nos templos religiosos. O Alaketu ofereceu, posteriormente ao encerramento do Congresso, uma recepção aos organizadores com pouca cobertura da imprensa.

TABELA 9– TERREIROS SOTEROPOLITANOS (DÉCADAS 1930-1940)

TERREIRO	EB 1930/1940 (T)	OI 1930/1940 (T)	AT 1930/1940 (T)	DN 1930/1940 (T)	TOTAL
GOMÉIA	8/5 (13)	0/7 (7)	2/2 (4)	1/0 (1)	11/14 (25)
BATE-FOLHA	9/1 (10)	1/3 (4)	2/1 (3)	1/0 (1)	13/5 (18)
CASA BRANCA	13/1 (14)	0/0 (0)	2/0 (0)	1/0 (1)	16/1 (17)
GANTOIS	7/2 (9)	0/1 (1)	2/1 (3)	2/0 (2)	11/4 (15)
OPÔ AFONJÁ	9/1 (10)	0/0 (0)	2/0 (2)	1/0 (1)	12/1 (13)
TOTAL	55/11 (66)	1/11 (22)	12/4 (16)	7/0 (7)	63/25 (88)

Fonte: Acervo BPEBA-Seção Raros

Considerações finais

A imprensa, entre as décadas de 1930 e 1940, ao lado dos pesquisadores e artistas, contribuiu decisivamente para a construção de imagens sobre as manifestações religiosas e culturais do povo de santo na Cidade do Salvador. Com o aumento do interesse pelos temas afro-brasileiros, os jornalistas, por sua vez, buscavam uma interpretação mais aprofundada dessas manifestações em seus artigos, mas sempre com um olhar leigo e influenciado por estereótipos vigentes que determinam uma espécie de “etnojournalismo”.

O método utilizado se dá pela coleta de informações, mediante observação participante e entrevistas com líderes religiosos e representantes do mundo do trabalho como quituteiras e pescadores, realizando uma imersão em espaços nos quais se desenrolam as histórias narradas (festas populares, cerimônias de candomblé). O interesse está nas características específicas do mundo afro-soteropolitano, o que termina por uma elaboração de identidade e a possibilidade de dar

“voz” às personagens populares, mesmo que pelo filtro da imprensa e dos seus olhares enviesados em relação ao outro. De qualquer forma, as notícias dos jornais soteropolitanos nos proporcionam indícios do cotidiano de parte significativa da população, suas formas de crer, agir e sentir. Essas representações traduzem, portanto, o cotidiano dos homens e mulheres que perpetuam no tempo as manifestações diaspóricas em Salvador.

Ocorre, então, uma articulação bastante estreita entre o povo de santo, pesquisadores e artistas do período, assim como autoridades públicas, sendo que muitos dos quais irão obter cargos honoríficos nos terreiros, como uma forma de prestígio recíproco. Aos terreiros interessava a presença desses pesquisadores e intelectuais em suas casas, e a estes últimos era importante este vínculo com as principais casas como forma de legitimar suas obras científicas e artísticas. Desta forma, a imprensa soteropolitana consolidou a imagem do candomblé como expressão religiosa indissociável da cultura brasileira, mais especificamente da cultura baiana.

Referências

- AS MACUMBAS ressuscitam. *Estado da Bahia*. Salvador-BA, 10 ago. 1934.
- ATABAQUES que não mais ressoarão. *Estado da Bahia*. Salvador-BA, 09 set. 1940.
- BENISTE, José. *Mitos yorubás*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.
- BRAGA, Júlio. *Na gamela do feitiço: repressão e resistência nos candomblés baianos*. Salvador: EDUFBA, 1995.
- CHARTIER, Roger. *Leituras e leitores na França do Antigo Regime*. São Paulo: EdUNESP, 2004.
- COUTO, Edilece S. Sant’Ana e Iemanjá: as senhoras do Rio Vermelho entre os ritos do catolicismo e do candomblé. In: COUTO; SILVA; SOUZA (orgs.). *Práticas e vivências religiosas: temas da História colonial à contemporaneidade luso-brasileira*. Salvador: EDUFBA, 2016, p. 337-352.
- FAIRCLOUGH, N. *Discurso e mudança social*. Brasília: EdUnB, 2001.
- JESUS, Leonardo Ferreira de. “Ventos venenosos”: o catolicismo diante da inserção do protestantismo e do espiritismo na Bahia durante o arcebispado de Dom Manoel Joaquim da Silveira (1862-1874). Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia – UFBA, 2014. Disponível em: <http://www.ppgh.ufba.br/wp-content/uploads/2015/11/Ventos-venenosos.pdf>. Acesso em 16 jun. 2021.
- LÜHNING, Ângela. “Acabe com esse santo, Pedrito vem aí...”: Mito e realidade da perseguição policial ao candomblé baiano entre 1920 e 1942. *Revista USP*, São Paulo, n.28, p.194-220, dez.-fev, 1995-1996.
- MATEUS, Samuel. *A etnografia da Comunicação*. Revista Antropológicas, n.13, 2015.
- MORGADO, Chablik de O. *O vôo do pássaro e seu canto: trajetória de um espírito e do espiritismo*

COUTO, Edilece Souza; RIBEIRO, André Luiz Rosa. Crenças e manifestações culturais afro-brasileiras na imprensa soteropolitana (1920-1940).

em Feira de Santana (1940-1960). Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS: Feira de Santana, 2016. Disponível em: <http://www2.uefs.br/pgh/docs/Dissertacao/DissertacaoChablik.pdf>. Acesso em 16 jun. 2021.

NO MUNDO cheio de mistérios dos espíritos e pais-de-santo. *Estado da Bahia*. Salvador-BA, 14 maio 1936.

NO REINO do fetichismo: abusões e contágios. *Diário de Notícias*. Salvador-BA, 20 nov. 1920.

OS CANDOMBLÉS. *Diário de Notícias*. Salvador-BA, 01 jun. 1932.

PINHEIRO, L. S. de L. *A construção do conhecimento histórico: o discurso do Jornal O Estado de São Paulo sobre a guerra de Canudos e sobre as comemorações do seu centenário*. Salvador:EDUFBA, 2015.

RIBEIRO, André Luiz Rosa e COUTO, Edilece Souza. Mãe d'Água: representações das devoções afro-brasileiras na imprensa soteropolitana e na literatura jorgeamadiana. IN: ISAIA, Artur César (et al.). *História, cultura e religiosidades afro-brasileiras*. v.3-Dados eletrônicos- Canoas-RS: Editora Unilasalle, 2020.

ROSSI, Gustavo. *O intelectual feiticeiro: Edison Carneiro e o campo de estudos das relações raciais no Brasil*. Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 2015.

SERÁ AMANHÃ o típico ritual da Lavagem do Bomfim. *A Tarde*. Salvador-BA, 14 jan. 1942.

SILVA, Augusto Álvaro da. *[Correspondência]* Destinatário: Sr. C. Godinho. Arquivo da Cúria Metropolitana de Salvador – Laboratório Eugênio Veiga – LEV. Salvador, 9 jun. 1937.

SILVA, Elizete da. *Cidadãos de outra pátria: anglicanos e batistas na Bahia*. Salvador: Sagga, 2017.

SOUSA JÚNIOR, Vilson Caetano de. *Corujebó: candomblé e polícia de costumes, 1938-1976*. Salvador: EDUFBA, 2018.

UM CURANDEIRO que reinava no Japão. *A Tarde*. Salvador-BA, 18 de fev. 1941.